

Abrindo mais um buraco para tentar tapar o outro

Osman - Brasil
Com a sua habitual prodigalidade quando se trata de ampliar os subsídios, o governo Sarney acaba de conceder importante ajuda às micros, pequenas e médias empresas, vítimas indefesas do fracasso do Plano Cruzado, que fez a inflação explodir e elevou os juros a níveis proibitivos, além de provocar uma recessão que promete ser mais profunda que a do início desta década. Segundo informou o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, as empresas dessas categorias que haviam contraído empréstimos do sistema financeiro até 30 de abril deste ano poderão renegociar suas dívidas em prazos variáveis entre 18 e 36 meses, sendo que nos primeiros seis meses pagarão apenas 3% ao mês do principal e aproximadamente metade da correção monetária. Depois desse período inicial os devedores pagarão correção monetária plena mais juros de 0,5% ao mês.

O apoio dado a esse segmento empresarial em dificuldade é bastante significativo, pois a sua dívida real será reduzida de 40% ao longo desses primeiros seis meses. Por exemplo, quem devia mil OTNs ficará com um saldo a pagar de 600 OTNs. Os recursos para este plano de socorro às micros, pequenas e médias empresas foram estimados pelo Banco Central em Cz\$ 60 bilhões, dos quais Cz\$ 30 bilhões serão fornecidos pelo governo (com um aumento de Cz\$ 7 bilhões sobre os montantes que já haviam sido comprometidos anteriormente para esse fim), mediante a emissão de títulos públicos ou de moeda. Os outros Cz\$ 30 bilhões virão dos lucros dos bancos, que serão obrigados a reter 75% do seu resultado para essa destinação, até 30 de dezembro deste ano, e ainda da elevação de 4% no compulsório incidente sobre os depósitos a vista e a prazo.

A decisão do BC de bloquear os lucros dos bancos foi justificada pelo governo com o argumento de que os lucros dos bancos no primeiro semestre foram extremamente elevados (até 50% superiores à média histórica), mas fontes do setor financeiro privado acham esse percentual muito elevado, porque ele não leva em consideração os efeitos negativos do alto índice de inadimplência. Mesmo assim, os bancos não tiveram escolha, já que, como sempre acontece nas "democracias" (com aspas), o governo apenas chamou seus dirigentes para comunicar-lhes a decisão.

Apesar de compreensíveis, as medidas de apoio às pequenas unidades empresariais, da forma como foram concebidas, denunciam um perigoso aumento do intervencionismo estatal, que agora chega até a impor aos bancos privados os níveis de reservas e subsídios. O precedente é grave e também injusto, pois os bancos não foram os causadores dos problemas dessas empresas. O maior responsável por esse desastre financeiro é, como se sabe, o próprio governo, que estimulou a ousadia desses pequenos empresários durante a euforia do Plano Cruzado e depois deixou os interesses políticos imediatos prevalecerem sobre a racionalidade econômica.

Assim, mesmo sem ter causado a crise, o sistema financeiro está sendo obrigado a transferir significativo volume de recursos para as micros, pequenas e médias empresas (além dos bancos, as financeiras também estão participando dessa operação de salvamento), cujo índice de inadimplência é da ordem de 15% dos ativos das instituições.

Como de costume, para tirar o máximo de proveito político, o governo anunciou o programa de ajuda a essas empresas antes de publicar as resoluções do Banco Central que o regulamentam, mas uma coisa não deve ser esquecida: se há um benefício de 40% para os empresários, alguém está pagando essa conta ("não existe almoço grátis"). No caso, uma parte importante está sendo paga pelos acionistas dos bancos e o restante por toda a sociedade, já que os subsídios ao crédito, assim como os subsídios ao trigo e outros que existem em nossa economia acabam gerando o mais pesado de todos os impostos, que é a inflação.

Se, em vez de estimular a moratória e ampliar o leque de subsídios, o governo agisse com firmeza para reduzir a inflação, certamente estaria fazendo muito mais pelas empresas de todos os tamanhos do que com programas desse tipo, que em certos casos podem estar prolongando a vida de empreendimentos que foram criados em condições totalmente artificiais, como as do período dourado do Plano Cruzado, mas que, em compensação, irão acrescentar algo mais ao ritmo inflacionário.

Estamos entre aqueles que acreditam nas pequenas empresas, mas julgamos que sua sobrevivência deve ser garantida pelo mercado, pelo talento e pela capacidade gerencial de seus proprietários e não por medidas artificiais de claro objetivo político. E quem garante que, não obstante as condições favoráveis do programa aprovado, essas empresas poderão superar suas dificuldades, infinitamente agravadas pela recessão que apenas começa?

A verdade é que o governo continua cuidando muito mais dos sintomas da crise do que das suas causas básicas, entre as quais desponta o brutal déficit do setor público, o maior de todos os focos dessa terrível inflação de 30% ao mês que inviabiliza as empresas de todos os tamanhos. (Veja-se o exemplo da multinacional Sony, que acaba de fechar sua filial de Curitiba, em razão do quadro recessivo.)

Desse modo, mesmo reconhecendo a necessidade de socorrer as micros, pequenas e médias empresas, que com sua inadimplência vinham ameaçando o sistema financeiro, como mostrou a decisão do Banco Bamerindus de conceder o parcelamento dos empréstimos vencidos em até quatro vezes, com encargos limitados a 50% das LBCs, ou o desconto de 25% para aqueles que desejassem ou estivessem em condições de pagar a vista, antes do anúncio do plano do governo, não podemos deixar de manifestar nossa apreensão

são com o impacto inflacionário de mais esse subsídio.

Resta esperar que os empresários beneficiados por essa decisão do governo não se sintam encorajados a manter em funcionamento unidades produtivas ou de serviços tornadas inviáveis pela presente desorganização de nossa economia. A economia de mercado não comporta esses artificialismos e tem como característica o contínuo nascimento, vida e morte das empresas.